

42° Encontro Anual da ANPOCS
SPG8 - Dinâmicas do encarceramento contemporâneo: reflexões sobre a justiça criminal e seus efeitos

Da ponte para lá: O que os jornais dizem sobre a expansão do PCC pelo Brasil?

Thais Lemos Duarte – Pós-doutoranda UFMG
Isabela Cristina Alves de Araújo – Mestranda UFMG

1. Apresentação

A mídia constitui nas modernas democracias contemporâneas uma das principais produtoras de representações, as quais, para além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática de orientação de condutas dos atores sociais (Porto, 2009). E, nos últimos tempos, a mídia vem ganhando um papel central para disseminar percepções, fatos e análises sobre violência urbana e segurança pública.

Conforme Ramos & Paiva (2007), houve uma mudança da postura de jornais em relação a esses temas. Se antes dos anos 1990 a imprensa tratava a pauta como secundária, creditando-a a veículos menos prestigiados, durante essa década a questão ganhou outro tipo de visibilidade. A escalada das estatísticas de homicídios, o aumento no número de vítimas de situações violentas entre as classes média e alta, bem como a chegada de especialistas em cargos de gestão na segurança pública fizeram com que a imprensa incorporasse a questão. Atualmente, a mídia é reconhecida como um dos atores centrais ao campo, fortalecendo determinadas perspectivas e ações.

Nessa linha de análise, a mídia tem função fundamental no que Garland (2008) denomina de “cultura do controle”. Desde o final da década de 1980, as ações de segurança pública se voltaram, especialmente, à punição e ao encarceramento do criminoso. Se antes o debate se baseava na “ressocialização” da pessoa com comportamento desviante, nos dias atuais foca-se na retribuição. O criminoso não é mais percebido como uma responsabilidade social, de modo que suas escolhas são vinculadas estritamente à sua trajetória individual.

O crime deixa de sofrer um julgamento técnico, como o realizado por especialistas, e passa a ser visualizado sob uma perspectiva emocional, permeada pelo medo e pela insegurança. Simultaneamente a esse processo, é criada uma aura de fascínio em torno do delito. E todo esse cenário é alimentado pelas ações da mídia que lançam o assunto massivamente no cotidiano dos indivíduos, fazendo com que as ações públicas destinadas ao combate à criminalidade sejam sempre percebidas como insuficientes e ineficazes (Garland, 2008).

Portanto, ao focar a violência e a segurança pública, a mídia invade o dia-a-dia dos indivíduos com espetáculos que parecem querer sinalizar a barbárie, colocando-os às vésperas de uma guerra civil. São imagens, discursos e narrativas que produzem um deslocamento dos conteúdos no imaginário social, por meio do qual o “mito do homem

cordial” cede espaço à “lei do mais forte”, compondo um quadro mental de intranquilidade e de caos, percebidos como representativos da contemporaneidade brasileira (Porto, 2009).

Em suma, a cobertura da violência e da criminalidade é orientada por pressupostos diversos dos outros temas de interesse público. As páginas dedicadas a ocorrências policiais são ocupadas por assassinatos, sequestros e roubos, raramente relacionadas a uma situação social ou a políticas públicas. A banalização do tema da violência pelos meios de comunicação acentua as diferenças sociais contrárias ao desenvolvimento das especificidades dos sujeitos e reforça o desprezo aos benefícios coletivos, em detrimento dos direitos fundamentais (Carvalho et. al., 2012).

Não obstante a esse cenário, nos últimos tempos, a expansão da organização paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) a diferentes localidades do Brasil e a países da América Latina, como Bolívia e Paraguai, tem sido amplamente pautado pela imprensa. A proposta deste artigo é compreender como a imprensa retrata a propagação desse grupo para fora do território paulista, focando parte da análise ao estado de Minas Gerais¹.

2. Passos metodológicos

Com vistas a compreender o modo pelo qual a imprensa descreve o processo de difusão do PCC pelo Brasil, realizou-se um *clipping* de notícias em dois jornais de grande circulação no país, bem como nos estados paulista e mineiro: a Folha de São Paulo e O Tempo, respectivamente. Ambos os jornais disponibilizam publicamente seus acervos de modo gratuito, não tendo havido qualquer ônus ou entrave à realização da pesquisa².

Conforme será pontuado nas seções seguintes, a literatura sobre o PCC aponta que o marco de consolidação e propagação do grupo para dentro e para fora das prisões de São Paulo ocorreu em 2006. Por conseguinte, o *clipping* realizado para esta pesquisa teve como referência inicial o dia 01 de janeiro de 2005, sendo viável analisar, assim,

¹ Conforme Misse (2011), será deixado de lado nas reflexões em tela o significado do que seja “crime organizado” e suas diferenças em relação às grandes quadrilhas que operam, por exemplo, com crimes contra o patrimônio. Será utilizado o que rotineiramente o senso comum e a imprensa identificam por “crime organizado”.

² Sites em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>; <https://www.otempo.com.br/>.

possíveis matérias veiculadas na imprensa um ano antes da indicação temporal realizada pelas referências bibliográficas. Por sua vez, o levantamento das matérias de jornais se encerrou no dia 31 de dezembro de 2017. As análises descritas nesse artigo compreenderam, pois, um intervalo de doze anos, abrangendo justamente o dito período de disseminação da organização.

Para a realização do levantamento de matérias nos acervos dos jornais, foram utilizadas duas palavras chaves, cada qual pesquisada separadamente: “PCC” e “Primeiro Comando da Capital”. Tentou-se conjugar os dois termos com outros adicionais, como “rotas”, “drogas”, “prisões” etc. Entretanto, como os *sites* pesquisados apenas permitiam realizar a busca de uma palavra por vez, a saída foi usar os que necessariamente apareceriam em matérias sobre a organização criminosa, como o seu próprio nome.

Não foram levantadas colunas de opinião, tampouco editoriais. O foco da busca foi matérias de jornais, das mais reduzidas às mais completas. Inclusive, foram abarcadas notícias que apenas mencionavam pontualmente o PCC. Isso permitiu compreender o tipo de abordagem sobre o grupo fornecido ao longo do tempo pelos jornais.

Ao fim do levantamento, no total, foram sistematizadas 3.008 reportagens: 2.001 referentes à Folha de São Paulo e 1.007 relativas ao O Tempo. Todos esses documentos foram dispostos em uma base de dados que contemplou as seguintes variáveis: nome do jornal, data da matéria, manchete da reportagem, página em que a matéria foi veiculada e caderno. Apenas foi possível coletar informações sobre o número de página da matéria para a Folha de São Paulo. Esse dado não estava disponível para O Tempo, apesar de todas as demais variáveis terem sido preenchidas para ambos os jornais pesquisados.

3. Características e ações do PCC em São Paulo

No Brasil, desde o final da década de 1980, houve o fortalecimento de uma orientação militarizada de controle do crime, o que ficou evidente no episódio de repercussão internacional conhecido como “massacre do Carandiru”, em 1992, em São Paulo. A polícia assumiu o protagonismo da “repressão ao crime”, atuando na lógica da eliminação do inimigo, principalmente, o “traficante de drogas”. O resultado desse tipo de ação foi a flagrante elevação da letalidade policial, sendo relegado ao segundo plano o trabalho de caráter mais investigativo.

Somado a isso, interesses econômicos e políticos fomentaram um movimento de interiorização das unidades prisionais, sendo esta medida muito característica do estado de São Paulo. A década de 1990, fase de aprofundamento do processo de interiorização penitenciária, foi marcada por estagnação e crise em vários setores da economia, materializadas, sobretudo, pelo desemprego. Para São Paulo, todavia, a construção de unidades prisionais no interior gerou mais de 18.000 postos de trabalho, resultantes de investimentos, na época, de mais de 230 milhões de reais (Silvestre, 2016). Em outras palavras, as cidades receberam um retorno financeiro direto a partir da construção de novos cárceres³.

A pulverização das prisões para o interior do estado evitou o impacto visual causado pelo crescimento da população carcerária, camuflando a política de encarceramento em massa (Biondi, 2010). Isto é, a superlotação prisional e as péssimas condições de aprisionamento não pareciam ser um problema social, passando despercebidos para a população em geral. Por outro lado, a intensificação da construção de novas prisões não atendeu ao grande número de pessoas encarcerado. Enquanto a população paulista cresceu 5,3% de 2003 a 2007, a população prisional cresceu 23,4% no mesmo período (Salla et. al., 2012).

Foi neste contexto que o PCC se desenvolveu. O encarceramento em massa forneceu bases para o nascimento e consolidação do grupo que, para além de atividades criminosas, assumiu um protagonismo na gestão da violência nas prisões e nas periferias. Quanto mais o PCC se expandia, mais o governo investia na ampliação de um sistema que o nutria (Feltran, 2013).

A constituição do PCC pode ser dividida em três fases, cada qual com diferentes ordenamentos. O grupo foi fundado em 1993, durante uma rebelião no Centro de Reabilitação Penitenciária, anexo à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, em São Paulo⁴. Segundo Dias (2011), deste ano até 2001, ocorreu uma violenta expansão do grupo dentro do sistema prisional paulista, sendo estabelecidos padrões comportamentais com uma importância simbólica entre os presos, como, por exemplo, o fim dos estupros. Esta primeira fase pode ser caracterizada por um crescimento constante da violência e por eventos de rupturas da ordem nas prisões.

³Segundo Silvestre (2016), no ano de 1994, havia 43 unidades prisionais sob a administração da Secretaria de estado de Administração Penitenciária. Em 2016, este número chegou a 164, sendo que 127 foram construídas a partir de 1995. 78% das unidades foram inauguradas em oito anos, de 1998 a 2005.

⁴Procedimento investigatório criminal n° 336/10 do Ministério Público de São Paulo.

O intervalo entre 2001 e 2006 correspondeu a segunda fase de formação do grupo (Dias, 2011). No primeiro ano deste período, estourou uma megarrebelião comandada pelo PCC, expondo-o a população em geral. Esse quadro gerou um duplo efeito. Por um lado, ensejou um aumento da repressão pelos órgãos de controle do Estado, tendo sido implantado neste momento o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)⁵. Por outro, a megarrebelião conferiu prestígio e respeito aos membros do PCC, fortalecendo e impulsionando a sua disseminação pelo sistema prisional e às periferias de São Paulo.

Esse quadro foi crucial para a entrada do PCC em sua terceira fase, mantida até os dias atuais (Dias, 2011). Este momento foi inaugurado a partir de megarrebeliões em diversas prisões paulistas, ocorridas ao longo de 2006, especialmente, em maio deste ano. Para além da ação do PCC nos cárceres, alguns postos, viaturas, delegacias de polícia e diversos outros tipos de prédios públicos foram alvos de ataques armados, nos quais policiais e agentes penitenciários eram os principais alvos. A polícia, então, reagiu. As folgas e férias dos policiais foram canceladas, sendo todo o efetivo posto nas ruas. Entre 12 e 21 de maio de 2006, na chamada “semana sangrenta”, centenas de pessoas foram mortas. A violência excessiva das ações policiais e a explícita atividade de grupos de extermínio causaram grande preocupação (Cano & Alvadia, 2008).

Conforme Adorno & Dias (2016), os atentados de 2006 conformaram as relações de poder no sistema prisional, cuja base seria a acomodação entre a massa carcerária – sob a liderança do PCC – e a administração penitenciária. O Estado tinha se mostrado incapaz de conter possíveis motins comandados pelo grupo. Apenas o PCC poderia evitar tais eventos, “disciplinando” os presos, conforme seus preceitos e valores. Em outras palavras, a hegemonia do PCC seria a condição necessária para a manutenção do encarceramento em massa, ao passo que este mesmo fenômeno, somado às péssimas condições de privação de liberdade, comporiam elementos essenciais ao fortalecimento do PCC (Adorno & Dias, 2016).

Desenvolveu-se, pois, uma simbiose entre ambos os atores, cujo efeito prático foi o estabelecimento de uma espécie de calma no sistema prisional paulista após 2006. Praticamente desapareceu a expressão simbólica do poder presente durante o processo de expansão e consolidação do PCC pelas prisões e, ainda, nas periferias das cidades

⁵ O RDD, disposto no artigo 52 da Lei de Execução Penal, é uma forma especial de cumprimento da pena no regime fechado, que consiste na permanência da pessoa privada de liberdade (provisório ou condenado) em cela individual, com limitações ao direito de visita e do direito de saída da cela.

paulistas, com assassinatos cruéis e domínio fulminante (Dias, 2011). Até mesmo porque, nesta etapa, o grupo consagrou a sua hegemonia, se consolidando como uma nova figura social dentro e fora das prisões paulistas.

Surgiram formas mais racionais de atuação, com execuções mais planejadas, circunscritas a questões específicas. Há quem diga, inclusive, que os índices de homicídio do estado de São Paulo se reduziram a partir da consecução dos “debates” do PCC nas periferias, comumente identificado pela imprensa como “tribunais do crime” (Dias, 2011; Feltran, 2010). Ou seja, este grupo monopolizou o emprego da violência legítima no “mundo do crime”, alcançando a prerrogativa de controlar e regular as atividades ilícitas que compõem o núcleo da economia criminal paulista (Lourenço & Dias, 2015).

Entre outros aspectos, esse cenário de consolidação do PCC dentro e fora das prisões possibilitou a disseminação do grupo a outros estados do Brasil, como o mineiro, e a outros países da América do Sul. Uma pesquisa ainda em andamento realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) apontou que dois pavilhões da Penitenciária Nelson Hungria na Região Metropolitana de Belo Horizonte alocaiam aproximadamente 200 presos identificados pelo sistema de justiça criminal como pertencentes ao PCC. Estas pessoas seriam oriundas, sobretudo, do sul do estado e do Triângulo Mineiro. Ao que tudo indica, criariam regras de comportamento e uma divisão de tarefas totalmente distintas das estabelecidas no restante do universo prisional mineiro (Oliveira et. al., 2017).

4. Dinâmicas da criminalidade em Minas Gerais

A literatura sobre criminalidade em Minas Gerais está intimamente ligada a estudos sobre homicídios referentes, principalmente, às décadas de 1990 e 2000, momento em que o estado experimentou um aumento crescente nos níveis de violência letal (Andrade & Marinho, 2013; Batitucci et. al., 2005; Cruz et. al., 2011). Nesse sentido, conforme Cruz et. al. (2011), no período entre 1995 e 2003, os crimes violentos cresceram 400% em Minas Gerais, ao passo que os roubos aumentaram 581% e os homicídios subiram 96%. Por sua vez, observou-se um crescimento desigual de

criminalidade, de modo que apenas a capital Belo Horizonte concentraria 41% de toda a criminalidade violenta do estado.

Batitucci et. al. (2005) apontam para dois fenômenos que teriam influenciado esse incremento nos níveis de criminalidade. Em primeiro lugar, há uma concentração das ocorrências de homicídio em certos municípios mineiros, em detrimento de outros. Em segundo, enquanto algumas cidades com altas taxas de homicídios vinham apresentando quedas em seus níveis de violência letal, grandes municípios e seus entornos exibiam aumentos significativos. Neste sentido, para Andrade & Marinho (2013) haveria uma disseminação dos homicídios para o interior de Minas Gerais, porém com maior gravidade no ambiente metropolitano. A concentração da violência letal não teria uma relação com o crescimento da população, mas com a urbanização adensada e a grande concentração territorial de indivíduos (Beato e Zilli, 2012).

Alguns fatores foram associados a este crescimento da criminalidade em Minas Gerais, como o aumento de furtos, o padrão de atuação pautado por deficiências das organizações policiais de Minas Gerais e os altos níveis de sobrecarga nas varas criminais da cidade (Cruz et. al., 2011). Adicionalmente, Beato & Zilli (2012) apontaram que aproximadamente metade dos homicídios em Belo Horizonte se relacionaria com o uso e venda de drogas, especialmente, em territórios marcados por um tráfico intenso.

Não obstante do disposto pela literatura de diversas partes do Brasil, boa parte das pessoas envolvidas com crimes violentos seria jovens, negros, pobres, com baixa instrução formal, oriundos de favelas e bairros de periferia (Zilli, 2015). Haja vista esse perfil, a bibliografia sobre dinâmicas criminais mineiras começou a se debruçar sobre a relação entre jovens e homicídios, lançando luz sobre as gangues em Belo Horizonte.

Assim, remetendo-se em alguma medida a estudos sobre ecologia do crime, Beato & Zilli (2012) analisaram que a organização das atividades criminosas em gangues seria oriunda do crescimento desordenado e da ocupação precária do espaço. Dito de outra forma, a intensa urbanização e o adensamento populacional reverberaram em uma “favelização”, em que grande parte da população ocupava um pequeno espaço comum. Esse cenário levou ao acirramento de disputas, à desorganização de mobilização social e à incapacidade de exercer controles sociais.

Zilli (2015) discorreu ainda sobre o tipo de socialização desenvolvido por jovens integrantes de gangues, visando compreender o processo de segregação socioespacial e a emergência de dinâmicas de violência. Nesta perspectiva, os conflitos entre os jovens são

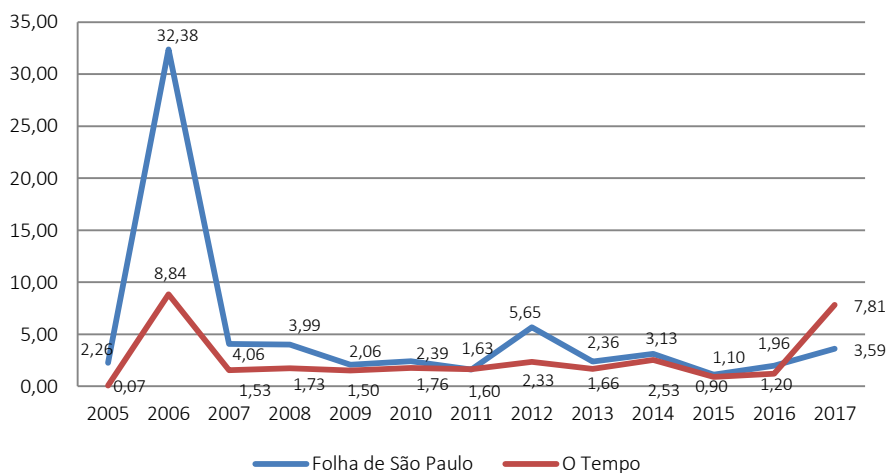
estabelecidos e resolvidos de forma violenta dentro de seus próprios territórios. A violência não seria ferramenta tão só para a resolução de conflitos. Seria elemento para a constituição das identidades, tanto individuais e grupais, estruturantes de relações sociais.

De fato, nenhum dos estudos introduzidos acima, bem como outras pesquisas sobre dinâmicas criminais mineiras fazem referências a grupos em Minas Gerais com moldes similares ao PCC. Até mesmo porque, ao que parece, até muito recentemente, não existiam organizações com o perfil análogo a organização paulista no estado. Talvez esse quadro comece a se reconfigurar com a inserção do PCC no território mineiro, sendo, assim, fundamental a realização de estudos com o olhar direcionado à questão, tal como as seções seguintes se propõem em alguma medida realizar.

5. Diagnóstico geral das notícias

Essa seção irá fornecer elementos quantitativos sobre o narrado pela imprensa entre janeiro de 2005 e dezembro de 2017 sobre o PCC. O gráfico abaixo indica o percentual de reportagens veiculadas em cada jornal em análise, por ano.

Gráfico1: Notícias veiculadas nos jornais por ano



Fontes: Folha de São Paulo e O Tempo – janeiro de 2005 a dezembro de 2017

Na maior parte do corte temporal analisado, a Folha de São Paulo produziu um maior número de reportagens sobre o PCC, em detrimento de O Tempo. Esse resultado já era em alguma medida esperado, haja vista o fato de a mídia paulista pertencer e, deste modo, focar o mesmo estado onde o PCC se originou e se consolidou.

O pico de matérias sobre o grupo em ambos os jornais foi 2006, com ênfase ao paulista, que contemplou cerca de 33% das reportagens no momento. Como mencionado, neste ano, especialmente, em maio, o PCC deflagrou uma série de rebeliões em prisões e atentados em diversos municípios de São Paulo. Por conseguinte, o mês abrangeu um terço das notícias relativas a 2006. Esse número é relativamente semelhante ao comparar os jornais, já que maio abarcou 30% das notícias sobre o PCC na Folha de São Paulo e 33% das reportagens em O Tempo. Por sua vez, esse número é bastante pequeno nos meses anteriores, correspondendo a menos de 4% do total de notícias sobre o PCC em ambos os jornais.

Adicionalmente, foram veiculadas muitas matérias sobre o grupo em junho, julho e agosto de 2006, concentrando nestes meses 50% das matérias de todo o ano. No período ocorreram novas ações da organização em São Paulo, haja vista a demanda de que lideranças do PCC fossem retiradas do RDD, bem como a perpetuação de condições degradantes nas prisões. Entretanto, nos meses subsequentes a agosto, o total de reportagens caiu substancialmente, atingindo aproximadamente 16%. Em suma, a pauta sobre o PCC ganhou força na ocasião imediata aos ataques, não sendo foco prioritário no momento anterior e posterior.

Ao fim de 2006, o número de reportagens reduziu de modo considerável tanto na Folha de São Paulo quanto no O Tempo, se mantendo relativamente constante ao longo de alguns anos. Isto é, o PCC continuou a ser pauta nos jornais, embora com menor enfoque.

Apenas em 2012, o jornal paulista voltou a apresentar um pequeno pico de matérias em relação aos anos anteriores, aproximadamente 6%, seguido de uma redução de notícias na fase seguinte. Esse aumento pode estar conectado a alguns eventos violentos pontuais, dispersos, focados em policiais, não tendo ficado claro se eram situações comandadas pelo PCC ou crimes de outra natureza, como latrocínios comuns. Inclusive, esses pequenos ataques não geraram grande comoção no O Tempo. O número de matérias neste veículo não variou muito no período, correspondendo a 2.3% das notícias dispostas na base de dados.

Em contrapartida, o ano de 2017 se diferenciou de todos os demais da série, pois, em primeiro lugar, voltou a ocorrer um crescimento das notícias de jornais sobre o PCC. Em segundo, pela primeira vez o jornal O Tempo superou o número de reportagens de a Folha de São Paulo. Esse momento correspondeu ao de intensas rebeliões em unidades

prisionais das regiões norte e nordeste do país, suscitadas pela organização paulista. Talvez, o jornal mineiro tenha dado mais luz a esses episódios por o PCC se tornar uma preocupação local. Reforçando essa hipótese, ao analisar em qual espaço a questão costumou ser abordada em O Tempo, em boa parte do corte temporal em análise, observou-se que as matérias sobre o PCC foram expostas no caderno com abordagem nacional, designado “Brasil”. Entretanto, em 2017, o tema surgiu com mais força em seções voltadas a aspectos regionais, como o “Cidades”, parecendo se tornar uma questão mais próxima à realidade mineira.

Por outro lado, em média, as notícias sobre o PCC foram veiculadas na página cinco da Folha de São Paulo. Tais reportagens costumaram apresentar, pois, papel de destaque na seção do jornal voltada mais à pauta estadual, denominada “Cotidiano”. Ainda, em aproximadamente 14% das reportagens, o PCC foi matéria de capa, denotando o quanto o assunto é valorizado pelo jornal. Há casos em que o PCC era simultaneamente manchete de primeira capa e ponto de destaque em outras seções do jornal, como a já citada “Cotidiano”.

Em 20% do universo de todas as reportagens analisadas, o nome da organização criminal estava explicitamente disposto em suas manchetes. Isto é, tais títulos das matérias expunham os termos “PCC” ou “Primeiro Comando da Capital”, o que novamente pode ser percebido como um indicativo do forte destaque dado ao tema pelos veículos de comunicação analisados. Possivelmente, quanto maior o número de matérias em que o PCC seria descrito em suas manchetes, maior a atenção e, portanto, a projeção dada pela imprensa sobre o grupo.

Dentro de conjunto de matérias da Folha de São Paulo, cerca de 17% das notícias forneceram esse tipo de visibilidade ao grupo, sendo isso mais marcante em 2006, quando ocorreram os já mencionados atentados coordenados pelo PCC. Aproximadamente 68% das matérias em que o grupo foi deliberadamente citado na manchete da Folha de São Paulo se referiram a este ano. Em contrapartida, em 2017, momento em que ocorreram as rebeliões em prisões de diversos estados do país, o grupo foi explicitamente indicado em apenas cerca de 9% dos títulos das reportagens.

Alternativamente, ao longo dos doze anos, em 29% das reportagens de O Tempo o PCC foi citado de modo explícito em suas manchetes, uma proporção ainda maior em relação à Folha de São Paulo. Em contrapartida, contrariamente ao jornal paulista, cerca de 14% dos casos se concentraram no ano de 2006, ao passo que essa proporção se

ampliou para aproximadamente 25% em 2017. Em outras palavras, esses dados indicam que o jornal mineiro deu significativa projeção ao PCC em 2017, em detrimento da Folha de São Paulo, o que reforça a hipótese de que O Tempo estaria mais atento à expansão da organização para fora do território paulista.

6. PCC e os fatos

Essa seção irá analisar qualitativamente as matérias da imprensa relativas ao processo de difusão do PCC pelo Brasil. A primeira subseção fornecerá um panorama geral dessa propagação, ao passo que a segunda descreverá a narrativa da imprensa mineira sobre a disseminação do grupo ao seu território.

6.1. Difusão do PCC pelo Brasil

Uma das reportagens mais completas sobre a disseminação do PCC para fora do território paulista foi publicada somente no início de 2017 pela Folha de São Paulo. Seu intuito foi explicar os motivos pelos quais ocorreram as rebeliões em prisões do norte e nordeste do país, ocasionadas por rixas entre os grupos criminosos, dentre as quais, o PCC. Antes disso, foram lançadas apenas notícias pulverizadas sobre o assunto cujo foco era uma atividade dispersa do grupo para além de São Paulo.

Conforme o trecho de matéria abaixo, o grupo paulista começou a se difundir pelo Brasil ainda na década de 1990, a partir de transferências realizadas pela administração prisional de São Paulo ao Paraná, com vistas a dissolver lideranças de presos que fomentariam a consolidação do grupo em território paulista. Essa medida foi feita com muita discrição pelas administrações prisionais estaduais, até mesmo porque, à época, ainda não havia presídios federais⁶. Em outras palavras, a privação de liberdade foi designada para ser cumprida em um estado e, portanto, sob a égide de uma administração prisional diferente de onde um grupo de presos recebeu sua condenação.

Segundo o promotor paulista indicado na reportagem, ao invés de desarticular o grupo, essa tentativa de dispersão de lideranças do PCC a outros territórios fortificou a organização, disseminando seus valores e códigos de conduta a outros locais.

⁶ O primeiro presídio federal surgiu em 2006, chamado de Penitenciária Federal de Catanduvas no Paraná. Há atualmente quatro presídios federais no país. Para além de Catanduvas, há a Penitenciária Federal de Campo Grande, a Penitenciária Federal de Porto Velho e a Penitenciária Federal de Mossoró.

MIGRAÇÃO: O início do processo de migração do PCC, no entanto, foi estimulado irrefletidamente pelo governo paulista que, na tentativa de desarticular o movimento que ganhava força nos presídios do Estado, transferiu em 1998 os seus cabeças para o Paraná, numa operação cercada de discrição. "O efeito foi o contrário", diz o promotor Lincoln Gakiya, que atua na região Oeste do Estado⁷.

São poucas as referências sobre essa transferência de presos do PCC ao Paraná ainda na década de 1990. Em uma breve passagem de seu livro sobre as atividades do PCC, Christino (2001) apontou esse envio de seis fundadores do grupo ao Paraná, em 1998, pelo governo paulista. A presença dessas pessoas no sistema prisional estadual provocou a criação do Primeiro Comando do Paraná, cujo estatuto foi apreendido posteriormente na Penitenciária Central do Estado, em Piraquara. Passado algum tempo após a transferência, presos paranaenses amotinados exigiram do governo a volta dos detentos paulistas a seu estado de origem.

De fato, a expansão do PCC pelo Brasil não era efetivamente pautada pela imprensa nos primeiros anos do período de análise. Em 2006, momento dos atentados cometidos pelo PCC, foram veiculadas matérias que indicavam um cuidado adotado pelo poder público para evitar que houvesse um “contágio” dos atos do PCC em localidades distintas a São Paulo, impedindo, assim, que facções criminais, como as cariocas, adotassem procedimentos parecidos aos conduzidos pelo grupo paulista.

Portanto, na reportagem de O Tempo “Rio se prepara para contágio”⁸, apontou-se que, apesar de não haver a princípio motivos para preocupação, a secretaria de Segurança Pública do estado reforçou o policiamento em algumas regiões e nas áreas próximas a presídios para se precaver de possíveis reproduções no Rio de Janeiro das ações criminosas cometidas de São Paulo. Não seria o PCC que realizaria ações no território carioca, mas as próprias facções criminais locais. Enfim, reportagens com esse perfil, em boa medida, ajudariam a produzir o “quadro mental de intranquilidade” (Porto, 2009), citado na introdução desse artigo.

Começou a surgir um número mais denso de matérias sobre o assunto em questão a partir de 2011. Em outubro desse ano, a Folha de São Paulo realizou uma reportagem que mencionava o domínio do PCC em dezesseis estados do país, dentre os quais, para

⁷ De 16 de janeiro de 2017, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1850133-governo-de-sp-exportou-pcc-para-outros-estados-ao-transferir-presos.shtml>. Acesso em 01/06/2018.

⁸ De 16 de maio de 2006, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/brasil/rio-se-prepara-para-cont%C3%A1gio-1.294701>. Acesso em 31/05/2018.

além de São Paulo, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins. Conforme a matéria, esse número seria o dobro do constatado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Armas da Câmara dos Deputados, realizada em 2006⁹.

Esses levantamentos realizados pela imprensa parecem ser flutuantes. Se em 2011 a Folha de São Paulo indicou que o PCC teria se disseminado para dezesseis estados, dois anos após, afirmou que a organização estaria em treze, não expondo qualquer explicação para a diferença entre os momentos em análise. Parece inexistir uma continuidade entre o conteúdo das distintas matérias ao longo do tempo, de modo que, ao invés de se complementarem, estas podem ser contraditórias entre si, ainda que pertençam a um mesmo veículo. Dias (2011) já teria chamado atenção a essas possíveis discrepâncias, pois a imprensa está em muitos momentos mais preocupada em lançar notícias em primeira mão, ao invés de garantir uma informação sólida e concisa sobre determinado assunto.

Por sua vez, em novembro de 2011, o jornal paulista apontou para uma possível interlocução realizada entre o grupo Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro e a organização paulista. O PCC forneceria drogas à organização carioca, adotando como centro de distribuição uma favela da zona norte do Rio de Janeiro, o morro do Salgueiro¹⁰.

Adicionalmente, nesse mesmo ano, a Folha de São Paulo indicou em sua reportagem de capa que o PCC teria criado um esquema internacional de tráfico de drogas, se inserindo em uma área que até então só havia sido assumida por traficantes mais “experientes”, como Fernandinho Beira-Mar do CV. Ou seja, o PCC começava a ganhar projeção no mercado internacional de drogas em um processo iniciado em 2008, conforme disposto no trecho a seguir.

A facção criminosa paulista PCC (Primeiro Comando da Capital) assumiu a venda de drogas a partir do Paraguai e da Bolívia para o Brasil, apontam investigações da polícia

⁹ O relatório da CPI trouxe um panorama da situação do crime organizado no Brasil, indicando, entre outros aspectos, a presença do PCC em cerca de oito estados do país. Ainda, apontou para uma deficiência na repressão adotada para esse tipo de criminalidade. Um dos encaminhamentos propostos pela CPI foi o indiciamento de dezesseis pessoas, entre elas o já privado de liberdade Marcola.

¹⁰ De 26 de novembro de 2011, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/11290-apuracao-mostra-negocios-entre-faccoes-de-rio-e-sp.shtml>. Acesso em 31/05/2018.

brasileira e de autoridades sul-americanas. Elas descobriram que, a partir desses países, o grupo abastece de maconha e cocaína o mercado nacional. A quadrilha é investigada ainda por se associar a traficantes internacionais e vender cocaína a Portugal, Alemanha e Itália, usando portos na Argentina, Uruguai e Chile para exportar a droga. O PCC também estaria envolvido na venda de drogas produzidas na Colômbia e no Peru, a partir da Bolívia. O crescimento da facção criminosa rumo ao exterior começou em 2008. Naquele ano, a organização percebeu a oportunidade de assumir o negócio com os produtores de maconha, no Paraguai, e de cocaína, na Bolívia. Até então, Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, era um dos poucos criminosos que havia quebrado essa barreira. Segundo processos analisados pela Folha e os depoimentos de policiais e promotores, o PCC é a primeira facção criminosa do país a acabar com atravessadores. "Eles eliminaram intermediários e alcançaram um patamar de grandes traficantes. Hoje, o PCC é crime organizado e tem muito poder", diz o adido policial no Paraguai, Antonio Celso dos Santos. Segundo o senador paraguaio Robert Acevedo, em Pedro Juan Caballero, fronteira com o Brasil, o PCC se uniu a Peter Quevedo, em 2008, que dominava a venda de maconha. Em seguida, a facção o matou e assumiu o negócio.¹¹

Um ano após, a Folha de São Paulo voltou a insinuar a atuação do PCC em localidades diferentes do território paulista, realizando certa relação entre uma onda de atos violentos ocorridos em São Catarina em novembro de 2012 à organização. Desse modo, foram lançadas duas matérias com os títulos "Crime cresce em SC com migração de quadrilhas"¹², "Facção pode ter ordenado ataques em Santa Catarina"¹³. Nesta última, mencionou-se que os ataques em Santa Catarina foram orquestrados pelo Primeiro Grupo da Capital (PGC), não pelo PCC, apesar de haver semelhanças com os eventos ocorridos em São Paulo em 2006. Em outras palavras, não fica muito clara a autoria dos eventos, apesar de haver uma alusão da influência da organização paulista no território catarinense.

Em 2013, o mesmo jornal voltou a relacionar as atividades do PCC com facções criminais cariocas. Segundo a Folha de São Paulo, o PCC gerenciava negócios no Rio de Janeiro, realizando parcerias com as organizações Amigos dos Amigos, Terceiro Comando e o CV. Parece que o jornal deliberadamente expôs um alinhamento entre os grupos criminosos, fato que, anos antes, era percebido apenas como uma possibilidade.

Outra reportagem assinalou que a influência do PCC era tão grande sobre o tráfico fluminense que o grupo teria convencido as organizações do Rio de Janeiro a

¹¹ De 19 de dezembro de 2011, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/15787-facciao-criou-rede-de-traffic-no-exterior.shtml>. Acesso em 31/05/2018.

¹² De 18 de novembro de 2012, em Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/78688-crime-cresce-em-sc-com-a-migracao-de-quadrilhas.shtml?loggedpaywall#_=#. Acesso em 31/05/2018.

¹³ De 19 de novembro de 2012, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/78885-facciao-pode-ter-ordenado-ataques-em-santa-catarina.shtml>. Acesso em 31/05/2018.

vender crack, droga na época evitada nas favelas cariocas. A parceria mais forte teria sido firmada entre o PCC e o CV. Esta última facção estaria em dificuldades financeiras por ter acumulado mais de R\$7 milhões de reais em dívidas com o grupo paulista, as quais foram todas perdoadas. Conforme o jornal, a união entre ambas as organizações havia sido batizada de “união CV-Primeiro Comando”¹⁴.

Em 2014, apontou-se para uma interlocução entre o PCC, o CV e grupos criminosos de estados nordestinos, como o Maranhão. O efeito dessa ligação foi o fortalecimento e aumento da rivalidade entre alguns grupos maranhenses, segundo disposto no trecho de reportagem abaixo. Esse cenário gerou um caos prisional, aguçado pelas péssimas condições de privação de liberdade, com mortes e decapitações de presos, amplamente divulgadas pela mídia. Ou seja, em estados onde o PCC começou a exercer influência, foram comuns espetáculos típicos ao seu período de formação e consolidação em São Paulo, permeados por assassinatos cruéis e poder fulminante (Dias, 2011).

São Luís, no Maranhão, deixou há três anos de ser um local em que traficantes isolados negociavam drogas para se tornar território de disputa de facções apoiadas por organizações criminosas de São Paulo e do Rio. O resultado da guerra entre os grupos PCM (Primeiro Comando do Maranhão) e Bonde dos 40 é um rastro de mortes nas ruas e dentro do presídio de Pedrinhas, o maior do Estado, onde 62 presos morreram desde 2013. Infraestrutura frágil, falta de agentes de segurança e de investimento público completam o cenário da escalada de violência no Estado. O PCC paulista e o Comando Vermelho no Rio atuam indiretamente no Maranhão. "Eles fazem uma espécie de convênio: Quem fornece a droga para vocês [facção local] sou eu", diz o subdelegado-geral do Maranhão, Marcos Afonso Júnior. "E com isso vem o armamento e a experiência que eles têm." Mais antigo e numeroso, o PCM é formado por presos transferidos do interior para Pedrinhas. Surgiu há dez anos, mas se consolidou há cerca de três. Copiou o nome do "padrinho" PCC, de quem recebe a droga. O contato ocorreu em 2003, quando chegaram a Pedrinhas assaltantes do Sudeste flagrados em roubos no Maranhão. Esse intercâmbio permitiu aos maranhenses entenderem como se organizava o tráfico paulista. A rixa entre capital e interior acelerou a formação do PCM (...)¹⁵

Essa mesma reportagem remeteu a um elemento analítico importante. Relacionou-se a organização do crime em São Luís ao momento em que presos da cidade foram transferidos a prisões federais. Nestes estabelecimentos, pessoas privadas de liberdade maranhenses entraram em contato com presos do PCC, conhecendo seu código de conduta. Nessa mesma linha de análise, ao final de 2014, a Folha de São Paulo lançou

¹⁴ De 30 de dezembro de 2013, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1391427-facciao-criminosa-paulista-gerencia-negocios-do-crime-no-rio.shtml>. Acesso em 31/05/2018.

¹⁵ De 20 de janeiro de 2014, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/148561-pedrinhas-sem-controle.shtml?loggedpaywall>. Acesso em 31/05/2018.

uma reportagem cujo texto indicava para a tentativa de o PCC se expandir por todas as penitenciárias federais. O efeito disso foi uma mudança de comportamento dos presos que passaram a “desafiar” os agentes penitenciários. O cálculo exposto na reportagem é de que pelo menos 56 presos do sistema tenham se tornado adeptos ao grupo paulista, ou “batizados”¹⁶.

Infográfico 1: Relação de presos do PCC em penitenciárias federais



Fonte: Folha de São Paulo – novembro de 2014

Por sua vez, em 2015, a Folha de São Paulo lançou em sua capa que teria disparado a apreensão de crack em rota dominada pelo PCC, entre a fronteira do Paraguai e Brasil, desde o ano de 2011. A Polícia Rodoviária Federal apreendeu no ano de 2015 183 quilos da droga, ao passo que em 2014 teria apreendido 139 quilos¹⁷.

¹⁶ De 24 de novembro de 2014, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1552289-facciao-criminosa-se-articula-em-presidios-federais-no-pais.shtml>. Acesso em 31/05/2018.

¹⁷ De 18 de março de 2015, em Folha de São Paulo. Disponível em <https://www.pressreader.com/brazil/fohla-de-spaulo/20150318/textview>. Acesso em 01/06/2018.

Em suma, até o momento, segundo o material disponibilizado pelos jornais analisados, a partir de alianças com facções, como o CV, ao longo dos anos, o PCC expandiu suas rotas e dominou novos territórios para além de São Paulo. Em junho de 2016, o assassinato do traficante Jorge Rafaat Toumani na cidade de Pedro Juan Caballero mudou em alguma medida esse cenário disposto até então¹⁸. Ao que tudo indica, esse fato teria sido de autoria de membros do PCC.

Em uma longa matéria denominada “Guerra na Fronteira”¹⁹, a Folha de São Paulo assinalou o quanto o município de Pedro Juan Caballero²⁰ é estratégico por compor uma rota entre Paraguai e Brasil. Rafaat tinha repellido várias tentativas de traficantes brasileiros de dominar a região. Após a sua morte, o brasileiro Jarvis Chimenes Pavão começou a controlar o local, mesmo estando preso. Este homem foi sucessor de Fernandinho Beira-Mar no CV, tendo como uma de suas funções abastecer grupos como o PCC e CV com cocaína boliviana e colombiana. A aliança estratégica com essas organizações o tornou um dos principais traficantes da fronteira Brasil-Paraguai.

Pavão foi preso ainda em 2009, junto a uma liderança do PCC, Carlos Antonio Caballero, de modo que ambos estreitaram aliança durante a privação de liberdade. Conforme relatos da imprensa, Pavão recebeu ajuda do PCC para matar Rafaat e, com isso, começaram a dominar a área. Os dois jornais estudados narraram que, após esse evento, o alinhamento entre PCC e CV se rompeu, iniciando uma disputa²¹. Conseqüentemente, formou-se um forte tensionamento entre as duas organizações criminosas, gerando repercussões em todo o Brasil.

Como dito acima, em seu processo de expansão, o PCC teria firmado alianças com grupos de outros estados. O mesmo tipo de estratégia havia sido adotado pelo CV ao longo dos anos. Com o rompimento de relações entre as organizações carioca e paulista, grupos locais aliados ao PCC e ao CV passaram igualmente a rivalizar entre si. Desse modo, estouraram as já citadas rebeliões em prisões das regiões norte e nordeste.

¹⁸ De 16 de junho de 2016, em Folha de São Paulo. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782346-brasileiro-chefe-do-traffic-na-fronteira-com-o-paraguai-e-morto-em-tiroteio.shtml>. Acesso em 01/06/2018.

¹⁹ De 07 de julho de 2016, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/guerra-na-fronteira/guerra-na-fronteira-do-brasil-com-o-paraguai-muda-controle-da-droga.shtml>. Acesso em 01/06/2018.

²⁰ Município paraguaio, fronteira com o Brasil no Mato Grosso do Sul.

²¹ Idem.

As facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e Comando Vermelho (CV), do Rio, estão em guerra pelo domínio do tráfico de drogas na fronteira do Brasil com países como Paraguai, Bolívia e Colômbia. A relação entre as duas quadrilhas, até então pacífica, vinha se desgastando nos últimos meses também por causa da disputa pelo comando do tráfico em alguns Estados. No último fim de semana, 18 presos foram mortos durante rebeliões em presídios de Boa Vista (Roraima) e Porto Velho (Rondônia) por causa da guerra. Por medida de segurança, integrantes do PCC presos no Rio foram transferidos para presídios ocupados por inimigos do Comando Vermelho²².

Uma primeira onda de rebeliões foi deflagrada ao final de 2016, tal qual relatado acima, ao passo que uma segunda ocorreu em janeiro de 2017. Conforme ambos os jornais em análise, mais de uma centena de presos morreu neste segundo momento, gerando um grande caos: “Maior matança em presídios desde o Carandiru deixa 56 vítimas no AM”²³; “PCC cumpre ameaça, mata 33 em Roraima e facções desafiam governo”²⁴; “Rebelião no maior presídio do RN tem registro de 10 mortes”²⁵.

As respostas dos governos estaduais e federal sobre o episódio se voltaram, sobretudo, para uma maior rigidez no cumprimento da privação de liberdade. Os jornais indicaram a transferência de lideranças do PCC a prisões federais, bem como expuseram pedidos de administrações prisionais estaduais para que recebessem apoio da Força Nacional de Segurança em seus cárceres. Ainda, o governo federal publicou em janeiro de 2017 um Plano Nacional de Segurança Pública, cuja proposta se baseou na construção e na reforma de prisões, a partir do repasse de cerca de R\$40 milhões de reais a cada estado do país²⁶. Isto é, novamente, a resposta dada à ação do PCC se baseou no endurecimento de políticas penais, pautado por regimes de penas mais duros e por medidas que fomentariam o encarceramento em massa. A abertura de novas vagas, a partir da construção de novas prisões, possivelmente aumentaria a tendência ao encarceramento.

²² De 19 de outubro de 2016, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/brasil/pcc-e-cv-travam-guerra-pelo-dom%C3%AAdnio-do-tr%C3%A1fico-nas-fronteiras-1.1387464>. Acesso em 01/06/2018.

²³ De 02 de janeiro de 2017, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1846359-maior-matanca-em-presidios-desde-o-carandiru-deixa-56-vitimas-no-am.shtml>. Acesso em 01/06/2018.

²⁴ De 07 de janeiro de 2017, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/brasil/pcc-cumpre-amea%C3%A7a-mata-33-em-roraima-e-fac%C3%A7%C3%B5es-desafiam-governo-1.1420381>. Acesso em 01/06/2018.

²⁵ De 14 de janeiro de 2017, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/brasil/rebeli%C3%A3o-no-maior-pres%C3%ADdio-do-rn-tem-registro-de-10-mortes-1.1423423>. Acesso em 01/06/2018.

²⁶ De 17 de janeiro de 2017, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/temer-se-reunir%C3%A1-com-governadores-em-assinatura-do-plano-de-seguran%C3%A7a-1.1424229>. Acesso em 01/06/2018.

A mesma reportagem indicada no início dessa seção, que apontou para o começo da propagação do PCC ainda na década de 1990 a outros estados, questionou esse tipo de política implantado pelas administrações prisionais estaduais e federal.

Governo de SP 'exportou' PCC para outros Estados ao transferir presos: A organização criminosa PCC surgiu em 1993 num presídio de segurança máxima de Taubaté, no interior paulista. Cerca de 23 anos depois, possui ramificações em todos os Estados brasileiros, com mais ou menos força. O crescimento espantoso possui várias explicações, mas não há como ignorar o fato de que ele foi facilitado por uma polêmica política de transferência de presos perigosos. São Paulo exportou o PCC para outras regiões do país. Segundo o Ministério Público de SP, em outubro de 2014, a facção tinha cerca de 10 mil criminosos afiliados, 26% deles fora do Estado. Hoje, quando trava uma guerra com outras quadrilhas para dominar rotas e monopolizar o tráfico de drogas no país, possui cerca de 21,5 mil "batizados", 64% deles para além da fronteira original. Os dados são naturalmente imprecisos, dada a óbvia dificuldade para apurá-los, mas incontáveis escutas telefônicas mostram a intenção estratégica da facção de se espalhar pelas cinco regiões do Brasil – o PCC já "batizou" cerca de 3,5% da população carcerária, calculada em torno de 607 mil pessoas. Parece pouco, mas o número é maior do que o total de funcionários da Volkswagen no Brasil (cerca de 16.000)²⁷.

6.2. PCC em território mineiro

Um primeiro ponto de análise para essa seção diz respeito a um fato já introduzido nesse artigo. A Folha de São Paulo não mencionou qualquer relação entre o PCC e o território mineiro. O assunto foi abordado pelo jornal O Tempo, indicando o quanto é tratado como uma pauta mais local, de Minas Gerais. A questão não repercute, pois, em âmbito nacional, tal como foram os eventos ocorridos no Maranhão, em Santa Catarina e em estados do norte do país, como os narrados na subseção anterior.

As primeiras reportagens que analisam a ação do PCC em Minas Gerais se remeteram ao período dos atentados do grupo em São Paulo, ainda em 2006. Algumas reportagens de O Tempo indicaram haver repercussões do fato ao território mineiro, especialmente, ao sul estadual: “Onda de crimes em SP deixa Minas em estado de alerta” – de 15 de maio em O Tempo; “PM reforça operações na Grande BH” – de 17 de maio em O Tempo; “Sete acusados de ataques no Sul de Minas estão presos” – de 17 de maio em O Tempo.

²⁷ De 16 de janeiro de 2017, em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1850133-governo-de-sp-exportou-pcc-para-outros-estados-ao-transferir-presos.shtml>. Acesso em 01/06/2018.

As autoridades mineiras queriam “barrar uma possível conexão da facção criminosa paulista com ramificações em todo o país com detentos de Minas Gerais”²⁸. Tendo isso em vista, “o subsecretário de Administração Penitenciária de Minas Gerais, Genílson Zeferino, iniciou um levantamento para identificar e mapear o número de integrantes do PCC detidos em unidades prisionais mineiras”²⁹. Ou seja, já se falava de uma possível disseminação da organização ao estado de Minas Gerais ainda em 2006, momento em que o PCC estava em vias de se consolidar como grupo dominante no estado de São Paulo. Entretanto, tal linha de matéria não vigorou ao longo do tempo, não se mencionando mais o assunto. Esse dado talvez indique que os atentados de 2006 não geraram uma atuação direta do PCC no território mineiro.

Por outro lado, durante todos os anos do corte temporal em análise, surgiram matérias que assinalaram para a prisão de lideranças do PCC em Minas Gerais, sobretudo, no sul do estado: “Líder do PCC é preso em Minas”³⁰; “Suposto membro do PCC é preso no Triângulo”³¹; “Traficante ligado ao PCC é preso no Triângulo Mineiro”³². O sul do estado pareceu ser, pois, uma rota de fuga de membros do PCC que visavam sair foragidos de São Paulo.

Adicionalmente, o jornal mineiro indicou algumas ações do PCC no estado, como uma tentativa de assalto a banco, realizada pelo grupo em 2007³³, bem como apontou que Minas Gerais faria parte de um dos caminhos utilizados pelo PCC para transporte de drogas, como sugere o trecho de reportagem a seguir:

Uma rota do tráfico de drogas que tinha como ponto final a cidade de Alfenas, no Sul de Minas, foi desmantelada pela Polícia Civil. Ontem de manhã, foram detidas 35 pessoas. Os entorpecentes saíam da Bolívia e, antes de chegar ao interior mineiro, passavam pelo Mato Grosso e Ribeirão Preto (SP). Nessa última cidade, integrantes da facção criminosa paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) intermediavam o negócio ilícito para garantir a chegada do produto até Minas.³⁴

²⁸ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/onda-de-crimes-em-sp-deixa-minas-em-estado-de-alerta-1.329465>. Acesso em 28/05/2018.

²⁹ Idem.

³⁰ De 01 de fevereiro de 2007, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/l%C3%ADder-do-pcc-%C3%A9-presno-em-minas-1.317625>. Acesso em 02/06/2018.

³¹ De 25 de março de 2008, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/suposto-membro-do-pcc-%C3%A9-presno-no-tri%C3%A2ngulo-1.293588>. Acesso em 02/06/2018.

³² De 08 de janeiro de 2013, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/traficante-ligado-ao-pcc-%C3%A9-presno-no-tri%C3%A2ngulo-mineiro-1.225353>. Acesso em 02/06/2018.

³³ De 02 de setembro de 2007, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pm-frustra-a%C3%A7%C3%A3o-do-pcc-em-janu%C3%A1ria-1.305269>. Acesso em 02/06/2018.

³⁴ De 29 de outubro de 2007, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pcc-serve-de-ponte-ao-tr%C3%A1fico-mineiro-1.304067>. Acesso em 02/06/2018.

Ao final de 2012, O Tempo lançou a matéria “Alerta contra o PCC em Minas”, afirmando que forças de segurança pública mineiras foram advertidas sobre possíveis atentados que poderiam ser cometidos pelo grupo paulista em Minas Gerais³⁵. Por ser pouco detalhada, a notícia não indicou os motivos imagináveis à realização destes eventos.

Nesse mesmo ano, uma notícia de O Tempo apontou que o PCC realizou 90 “batismos” no estado. Em contrapartida, na mesma matéria, há uma nota da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, informando desconhecer as informações. O governo mineiro disse possuir um sistema de inteligência prisional e policial consistente, o qual evitaria a invasão de organizações criminais em suas fronteiras³⁶. Ou seja, até o momento, ao menos publicamente, não se firmava uma posição oficial sobre a difusão do PCC para Minas Gerais.

Entretanto, em 2014, esse quadro começou a se reconfigurar, tendo sido lançada uma notícia com a manchete: “MP denuncia 41 integrantes do PCC que atuavam em presídio em Uberaba”. Suspeitos faziam parte de uma ramificação do PCC em Minas Gerais, agindo dentro e fora das prisões. A fonte de renda do grupo provinha tanto do tráfico de drogas, quanto de outras ações criminosas, como roubo, furto, arrombamento de caixas eletrônicos etc.³⁷

No ano seguinte, outra reportagem de O Tempo assinalou para indícios da ação do PCC dentro das prisões mineiras. Um preso foi assassinado na penitenciária Nelson Hungria durante o banho de sol. Suspeitou-se que a morte estivesse relacionada à disputa de poder entre membros da organização paulista³⁸, mas não foram fornecidos maiores detalhes sobre o contexto prisional estadual. Nesta mesma linha, surgiram diversas outras notícias que destacavam uma inserção mais consistente de ações no PCC no estado mineiro. Inclusive, uma mencionou que criminosos buscavam abrir “filial” do grupo paulista em Minas Gerais³⁹.

³⁵ De 18 de novembro de 2012, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/alerta-contr-o-pcc-em-minas-1.259721>. Acesso em 02/06/2018.

³⁶ De 24 de novembro de 2012, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/brasil/pcc-realizou-batismos-de-90-novos-integrantes-em-minas-1.360928>. Acesso em 02/06/2018.

³⁷ De 24 de abril de 2014, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/mp-denuncia-41-integrantes-do-pcc-que-atuavam-em-pres%C3%ADdio-de-uberaba-1.828155>. Acesso em 02/06/2018.

³⁸ De 16 de fevereiro de 2015, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/detento-%C3%A9-morto-durante-banho-de-sol-na-nelson-hungria-1.995004>. Acesso em 02/06/2018.

³⁹ De 15 de julho de 2015, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/suspeitos-que-queriam-abrir-filial-do-pcc-em-minas-s-%C3%A3o-presos-1.1070441>. Acesso em 02/06/2018.

Já em 2017, durante as rebeliões ocorridas no norte e nordeste do país, foram lançadas diversas matérias descrevendo o clima de caos prisional no país, bem como as medidas adotadas pelo governo mineiro para evitar situações violentas em suas prisões, ocasionadas por brigas entre grupos criminosos. Diferente do momento anterior em que não se admitia a inserção do PCC nas prisões mineiras, a partir das rebeliões de 2016/2017, as autoridades públicas passaram a reconhecer a presença tanto do grupo paulista quanto do CV nos estabelecimentos penais estaduais. Por isso, realizaram transferências de determinados presos e ações de inteligência nas prisões estaduais, conforme descrito no trecho de reportagem abaixo:

O secretário garantiu que não há risco iminente de episódios semelhantes aos massacres do Amazonas e de Roraima. “O sistema prisional em Minas Gerais está tranquilo, sendo monitorado, com remoções estratégicas de alguns internos, com serviço de inteligência. Não temos integrantes das facções do Norte do país em Minas, já internos do PCC e do Comando Vermelho existem em todo o sistema prisional do Brasil”, disse.⁴⁰

Em suma, dentro de toda a série temporal em análise, o PCC teria alguma forma de atuação no território mineiro. Conforme O Tempo, se inicialmente o estado era usado apenas como parte de sua rota de escoamento de droga, ao longo do tempo, a organização pareceu apresentar uma atuação mais orgânica no território mineiro. Com isso, a despeito do posicionamento de autoridades do poder público que afirmavam não haver atuação do PCC em Minas Gerais, algumas práticas e pessoas mostravam relação com o grupo paulista. Já em 2017, quando havia indícios da ação do PCC em praticamente todos os estados do país, o Executivo mineiro admitiu a presença do grupo em suas prisões, afirmando adotar medidas de inteligência para evitar rebeliões ensejadas por disputas entre grupos. Ou seja, declarou-se oficialmente a presença do PCC em Minas Gerais.

7. Considerações finais

A proposta deste artigo foi compreender como a imprensa retratou a propagação do PCC para fora do território paulista, dentro do lapso temporal de 2005 a 2017, focando parte da análise ao estado de Minas Gerais. Deste modo, foram levantadas 3.008 reportagens, tendo sido 2.001 veiculadas pela Folha de São Paulo e 1.007 pelo O Tempo.

⁴⁰ De 07 de janeiro de 2017, em O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/n%C3%A3o-h%C3%A1-plano-de-conting%C3%Aancia-para-pres%C3%ADdios-de-minas-gerais-1.1420306>. Acesso em 02/06/2018.

A análise quantitativa empreendida neste estudo indicou que o PCC foi pauta constante nos jornais em análise, ao longo dos últimos doze anos. Por um lado, se estava sob o forte foco da mídia paulista em meados dos anos 2000, especialmente, no período dos ataques do grupo em São Paulo em 2006, o assunto perdeu certo fôlego com o passar do tempo. Por outro lado e de modo inverso, a mídia mineira começou a se debruçar com maior ênfase sobre o tema após 2016, tendo o assunto irrompido em 2017. A partir desse ano, a imprensa mineira assumiu a narrativa sobre a expansão do PCC para além do território paulista, de modo que o jornal O Tempo trouxe a pauta mais para si.

Por sua vez, a análise qualitativa apontou para diversos elementos analiticamente importantes, muitos dos quais convergentes com a bibliografia utilizada neste trabalho. Em primeiro lugar, várias reportagens pareceram ter como objetivo tocar na percepção de segurança da população, apontando para uma espécie de caos decorrente da criminalidade. E, neste âmbito, o PCC seria um elemento potente, pois sua atuação geraria medo para determinados grupos sociais. Não à toa, várias matérias apontaram para a necessidade de maior policiamento nas ruas de certas cidades em momentos de rebeliões ocasionados pelo grupo, bem como uma maior atenção sobre possíveis repercussões da ação do PCC em territórios onde não havia qualquer indício efetivo de sua atuação.

Em segundo lugar, a despeito de elementos quase sensacionalistas como os indicados acima, bem como de incongruências entre as matérias ao longo do tempo, as reportagens tocaram no introduzido por pesquisas sobre o PCC. O encarceramento em massa, as péssimas condições de privação de liberdade e, sobretudo, a aplicação de regimes mais severos para cumprimento de pena contribuíram, entre outros aspectos, para a difusão do grupo para fora dos limites territoriais de São Paulo.

Nessa linha, as notícias foram enfáticas ao explicar, citando até mesmo argumentos de atores do sistema de justiça criminal, o quanto a transferência de lideranças do PCC a estabelecimentos federais facilitou a propagação de valores e códigos de conduta da organização a pessoas privadas de liberdade de várias localidades do país. Estas, ao chegarem aos cárceres situados em seus estados de origem, disseminariam as dinâmicas do PCC aprendidas nas prisões federais, dando projeções nacionais ao grupo paulista. Neste processo, a organização teria estabelecido e desatado alianças com grupos criminais de diferentes estados, como o Comando Vermelho do Rio de Janeiro, abriria novas rotas para escoamento de drogas, algumas das quais até mesmo

em países estrangeiros, abriria espécie de “filiais” em diferentes localidades do país, enfim, propagaria seus tentáculos para muito além do território paulista, se robustecendo.

Tal difusão da organização pelo Brasil ficou evidente nas rebeliões ocorridas especialmente em cárceres do norte e nordeste do país em 2016 e 2017. Neste sentido, se anteriormente ignoravam a presença do PCC em Minas Gerais, a partir de ambos esses anos, os gestores da administração prisional mineira começaram a falar publicamente sobre os esforços empreendidos para se evitar o reforço do grupo no estado. Talvez a presença do PCC em Minas Gerais mude as configurações da criminalidade local, transformando o quadro apontado até o momento por estudos sobre o tema, os quais ressaltam principalmente a presença de gangues em áreas periféricas das grandes cidades mineiras.

Finalmente, segundo a imprensa, quais foram as medidas adotadas pelos diferentes níveis de governo para se evitar novas rebeliões e, portanto, para conter a propagação do PCC pelo país? Novamente, optou-se por investir grandes somas financeiras na construção de novas prisões, cujo efeito último é perpetuar o encarceramento massivo. Dito de outra maneira, o modelo de política penal espelhado pela imprensa, bem como persistentemente empregado pelo poder público, ao invés de prevenir a ação de grupos criminais, como o PCC, acabam por reforçá-los.

8. Bibliografia

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. *Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década*. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v. 10, n. 2, 118-132, Ago/Set 2016.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; MARINHO, Marco Antônio Couto. *Homicídios na Região Metropolitana in Organização social do território e violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década*. Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ. 2013.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): reflexos nas políticas de segurança*. SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia. - Violência, Criminalidade e Segurança. 2005.

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. *A Estruturação de Atividades Criminosas: um estudo de caso*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n.80, outubro, 2012.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto. *Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006*. Laboratório de Análise de Violência e Conectas Direitos Humanos, São Paulo: 2008.

CARVALHO, Denise W.; FREIRA, Maria Teresa; VIILAR, Guilherme. *Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil*. Rev Panam Salud Publica. 2012;31(5): 435–8.

CHRISTINO, Márcio Sérgio. *Por dentro do crime: Corrupção – Tráfico – PCC*. São Paulo, Fiúza Editores, 2001.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo; PEIXOTO, Betânia; GODINHO, Letícia; SOUSA, Rosânia Rodrigues de; SILVA, Sérgio Felix da. *Criminalidade em Belo Horizonte: notas para discussão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011.

DIAS, Camila. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. São Paulo, Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011.

FELTRAN, Gabriel. *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 23, p. 59 74, 2010.

_____. *Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011)*. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v 6, no. 2 (2012): 232 255.

_____. *Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política sobre o crime numa tradição musical das periferias*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n° 56, 2013. p. 43-72.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

LOURENÇO, Luiz Claudio; DIAS, Camila Nunes. *Discutindo elementos para a definição e a atuação de coletivos de internos do sistema prisional de São Paulo e da Bahia*. 39° Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2015.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento Antropológico partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade de São Paulo, 2009.

MISSE, Michel. *Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Mídia, segurança pública e representações sociais*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, 2009, v. 21, n. 2.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes; SILVESTRE, Giane. *Políticas penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (RDD) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária*. Estudos sociológicos, Araraquara, v.17, n.33, p.333-351, 2012.

SILVESTRE, Giane. *Enxugando o iceberg: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo*. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2016.

OLIVEIRA, Victor Neiva; BASTOS, Luiza Meira; RIBERO, Ludmila Mendonça Lopes. *Pavilhões do Primeiro Comando da Capital – PCC: ramificação e expansão da organização criminosa em Minas Gerais?* Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo, 2017. No prelo.

ZILLI, Luís Felipe. *O “mundo do crime” e a “lei da favela”*: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. Etnográfica, v.19, n.3, p.463-487, outubro, 2015.